

IMPLICAÇÕES DAS CLASSIFICAÇÕES PATOLÓGICAS NA INFÂNCIA

Joyce de Oliveira Souza¹
Letícia Domingues de Freitas²
Natália Rodrigues Bastos³
Maira Leon Ferreira⁴

RESUMO

O aumento no número de diagnósticos infantis e o consequente aumento no número de prescrições de psicofármacos para esse público evidencia a necessidade de se discutir quais fatores têm contribuído com tais práticas e qual o papel do psicólogo frente a essa controvérsia. Assim, o presente estudo objetivou revisar a produção científica sobre as implicações das classificações patológicas na infância. Foi realizada uma revisão sistemática a partir do critério PRISMA em artigos no período de 2009 a 2019, abrangendo as bases de dados Medline (PUBMED), Lilacs, PEPISIC, Scielo e as línguas portuguesa, inglesa e espanhola. As informações obtidas foram analisadas com base na análise de conteúdo de Bardin. Os resultados foram organizados em três categorias principais e indicaram a relação existente entre o aumento de encaminhamentos escolares, diagnósticos e consequente medicalização. Os achados também sinalizaram que o poder do discurso médico pode estimular diretamente o aumento da medicalização infantil, atravessando assim o contexto escolar, retirando a responsabilidade do social e culpabilizando a criança e até mesmo seus familiares pelos comportamentos inadequados da mesma. Espera-se que este trabalho possa contribuir para o avanço das pesquisas sobre o tema, elucidando o entendimento sobre os diagnósticos de transtornos mentais, especificamente em crianças na fase escolar.

¹ Aluna de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Estácio Juiz de Fora (2020). joyceolliveira10@hotmail.com

² Aluna de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Estácio Juiz de Fora (2020). leticiafreitasarq@gmail.com

³ Aluna de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Estácio Juiz de Fora (2020). nataliapsicologia15@gmail.com

⁴ Orientadora e Professora da Graduação em Psicologia do Centro Universitário Estácio Juiz de Fora (2020). mleonferreira2014@gmail.com

Espera-se que este trabalho possa contribuir para o avanço das pesquisas sobre o tema, elucidando o entendimento sobre os diagnósticos de transtornos mentais, especificamente em crianças na fase escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Patologização infantil. Medicalização. Escola.

INTRODUÇÃO

A medicina científica data do início do século XIX, com novas formas de conhecimento e práticas institucionais. Seu modelo clínico e especializado tem como objetivo dirimir e restaurar quaisquer aspectos que podem influenciar negativamente no funcionamento do corpo humano, levando este ao seu melhor e mais produtivo desempenho. Como aponta Moysés e Collares (1996, p.162): “Normatizam-se as condutas adequadas, referentes a alimentos, vestuários, habitações, educação física e moral. Apronta-se o chão da medicalização da sociedade”. No entanto, essa normatização do funcionamento se dá hoje para além do fisiológico, sendo as críticas realizadas ao atual modelo que realiza uma classificação do comportamento amparada no modelo biomédico da medicina.

Foucault (1987) evidencia a disciplina e a individualização dos sujeitos como uma nova forma de poder das instituições desde o século XVIII, através do avanço dos registros escritos, obtendo características, aptidões e possíveis carências da população, resultando em uma constituição do indivíduo como objeto descritível:

O exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. Portanto, de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória. Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente”. (Foucault, 1987, p.216). Comportamentos que fogem do socialmente esperado são patologizados e posteriormente tratados, como cita Canguilhem “Aplicando à medicina um espírito que gostaríamos de chamar “sem preconceitos”, pareceu-nos que, apesar de tantos esforços louváveis para introduzir métodos de racionalização científica, o essencial dessa

ciência ainda era a clínica e a terapêutica, isto é, uma técnica de instauração e de restauração do normal, que não pode ser inteiramente reduzida ao simples conhecimento.” (Canguilhem, 2009, p. 10). A medicalização sempre esteve ligada a uma gestão de poder que a medicina possui na sociedade. O aumento da medicalização infantil é um fator proveniente desse mecanismo. A culpabilização dos estudantes e suas famílias através de diagnósticos psicopatológicos são a resposta que se tem fornecido às queixas comportamentais para o ajustamento no sistema escolar vigente. (DA SILVA, RODRIGUES E MELLO, 2018).

Segundo Benedicto, Wai, de Oliveira, Godoy e da Costa Jr. (2013), a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) atualmente é o sistema diagnóstico mais utilizado na codificação de agravos à saúde, inclusive na área da psiquiatria, e tem por objetivo a busca da padronização internacional dos diagnósticos. Enquanto as primeiras revisões da classificação diziam respeito somente às causas de morte, a partir da Sexta Revisão, em 1948, suas finalidades se expandiram, passando a incluir doenças não fatais. Foi denominada pela primeira vez "Classificação Internacional de Doenças" com participação inédita da Organização Pan-Americana de Saúde e da Organização Mundial da Saúde. Patologias antes não abordadas pelo CID muitas vezes não eram discutidas e diagnosticadas pelos médicos, o TDAH (Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade) exemplifica esta questão, pois, segundo Beltrame, Gesser e Souza (2019) diversos estudos sobre o assunto trazem um questionamento sobre a conduta terapêutica, ética e até mesmo da real existência do referido transtorno.

De acordo com Esperanza (2011), condutas de patologização de comportamentos e dificuldades infantis contribuem para um aumento progressivo e desenfreado da busca por diagnósticos, transformando em sintomas a forma com que as crianças interagem e/ou reagem ao ambiente, desconsiderando o sujeito como um ser multidimensional e restringindo um olhar holístico e humanizado sobre o mesmo.

Na perspectiva da patologização mental, surge o conceito de iatrogênese que, segundo Illich (1975) significa o efeito social não desejado e prejudicial do impacto social da medicina, mais do que o de sua ação técnica direta. A instituição médica está sem dúvida na origem de muitos sintomas clínicos que não poderiam ser produzidos pela intervenção isolada de um médico. Em essência, a iatrogênese social é uma penosa desarmonia entre o indivíduo situado dentro de seu grupo e o meio

social e físico, que tende a se organizar sem ele e contra ele. Isso resulta em perda de autonomia na ação e no controle do meio.” A medicalização desenfreada da atualidade busca uma forma de saúde e bem-estar muitas vezes inatingível para a maioria dos sujeitos gerando um anseio por formas de adequação aos altos padrões exigidos pela sociedade.

É no contexto escolar, principalmente nos anos iniciais, que a medicalização da infância ganha contorno, tendo em vista que é no processo de ensino-aprendizagem que as dificuldades se revelam. Tratar de forma medicamentosa comportamentos ditos inaceitáveis nas instituições sem levar em conta a subjetividade do sujeito, indicadores sociais, políticos e o sistema educacional do país vem sendo a forma mais fácil e conveniente de solucionar os problemas. De acordo com Martins e Rabatini (2011, p.3) essa visão contraria as ideias de Vygotsky, que vê o desenvolvimento humano como um processo vivo que se contrasta entre: social; orgânico, histórico e natural. Além disso, a herança positivista do modelo biológico ainda enraizado em nossa sociedade dificulta a análise desses outros fatores supracitados que possuem considerável importância e influenciam na ampliação desta prática médica. Segundo Meira (2012) a humanidade produziu inúmeras possibilidades de desenvolvimento, entretanto a grande maioria dos indivíduos encontra-se submetida nas redes da patologização que se tecem a muitas mãos principalmente no interior das escolas.

Considerando as argumentações explanadas, o presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática de literatura e propor uma discussão ampliada sobre a patologização e consequente medicalização das crianças no Brasil e suas implicações, através da análise crítica de artigos publicados nas áreas da psicologia, saúde e educação. Além disso, configurou-se como objetivos específicos investigar as possíveis causas do aumento de diagnósticos na idade infantil; analisar se a facilidade de acesso ao CID-10 influencia na disseminação de hipóteses diagnósticas; discutir a confiabilidade dos critérios diagnósticos; analisar como discursos dos profissionais da educação possuem relevância no contexto escolar, e por fim analisar as contribuições do profissional de psicologia nesse contexto.

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

A metodologia utilizada consiste em uma revisão sistemática da literatura, baseada nos critérios do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* – PRISMA (Moher, Shansseer, Clarke, Gherzi, Liberati, Petticrew e Stewart, 2015). O período da revisão sistemática abrangeu os artigos publicados de 2009 a 2019 e foi realizada através da consulta de quatro bases de dados: Medline (PUBMED), Lilacs, PEPsic e Scielo, abrangendo artigos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol. A justificativa da escolha das bases de dados se deu pela relação do tema com o conteúdo indexado nas bases. Para melhor definição dos termos de busca nas bases selecionadas foram utilizadas palavras-chave indexadas pelas próprias bases através de procedimentos de controle de vocabulário. Os termos do estudo variaram conforme a base de dados em questão, a fim de garantir uma busca mais ampla e efetiva, além de não restringir o estudo em apenas um sentido.

Para as bases de dados Medline (PUBMED), e Lilacs os termos utilizados foram baseados no *Medical Subject Headings (Mesh)*, e abrangeram as terminologias: “*medicalization*”, “*school*”, “*childhood*”, “*consequences*” “*education*”; “*medicalización*”, “*escuela*”, “*infancia*”. Para as bases Scielo e Pepsic foram utilizados os termos dos *Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)*, utilizando as seguintes terminologias: “*educação*”, “*medicalização*”, “*infância*”, “*patologização*”, “*desvios*”, “*escola*”.

Os termos empregados podem ser conferidos na tabela a seguir:

Tabela 1. Bases de dados e termos empregados

Base de Dados/ Termos empregados

Medline (Pubmed): “*medicalization*” and “*children*” and “*school*” / “*consequences*” and “*medication*” and “*childhood*”

Lilacs: “*medicalização*” and “*infância*”

Pepsic: “*infância*” and “*desvios*” and “*tdah*”

Scielo: “*medicalização*” and “*infância*” / “*tdah*” and “*educação*”.

Após a busca nas bases de dados, foi realizado um refinamento a partir dos seguintes critérios de inclusão: Ser artigo empírico, nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa, no período de 2009 a 2019, que continham no título ou no resumo os descritores já citados anteriormente e os manuscritos que possuíam o tema “medicalização”; “patologização” e “infância”. Foram excluídos do estudo dissertações, capítulos de livros, teses, revisões e manuscritos que não contemplavam as palavras chave nos títulos ou nos resumos. Após realizada a pesquisa nas bases de dados e utilizado o critério de exclusão, foram encontrados 85 artigos. A partir da leitura dos resumos dos artigos, foram retirados 64 trabalhos, duplicados ou que não satisfaziam os critérios de inclusão. Os artigos encontrados e os indicadores bibliométricos foram exportados para o Microsoft Excel e o fluxograma tabulado no programa DIA *Diagram Editor*. Após essa etapa de exclusão dos artigos, restaram 21 publicações.

Esses 21 artigos foram classificados por categorias, conforme apresentado na figura 1. Sobre as categorias, os 21 artigos foram divididos em Medicalização (N=7), Educação/Educadores (N=6) e TDAH/Relato de pais e professores (N=8) o, como pode ser observado no fluxograma a seguir:

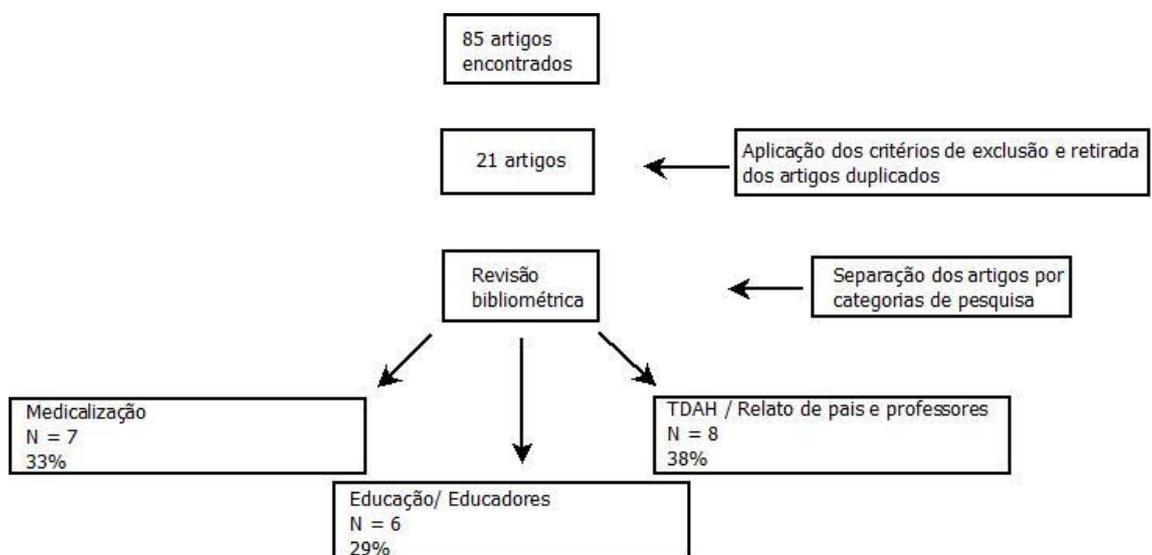


Figura 1. Procedimentos metodológicos utilizados para a coleta dos estudos.

Os artigos selecionados foram analisados a partir dos seguintes indicadores bibliométricos: autoria, ano de publicação, periódico e idioma de publicação. Posteriormente, foram feitas as análises qualitativas do conteúdo de cada artigo com o objetivo de identificar os principais temas abordados nos objetivos, população de estudo, instrumentos utilizados e principais resultados. Os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta dos estudos estão especificados na Figura 1. Foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin para a análise qualitativa que segundo dos Santos (2012), se refere à busca do sentido ou dos sentidos de um documento.

RESULTADOS

INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS DOS ARTIGOS

As categorias Medicalização, Educação/ educadores e TDAH/relato de pais e professores, foram analisadas a partir dos seguintes indicadores bibliométricos: Título, periódico, ano, idioma e resultados como mostra a tabela 2. A partir da apresentação dos dados, é possível observar que dos artigos selecionados para análise sistemática, dois estão na base PubMed, seis no Lilacs, sete na Scielo e seis no Pepsic; se tratando do ano de publicação, um foi produzido em 2010, um em 2012, dois em 2013, dois em 2014, dois em 2015, cinco em 2016, cinco em 2017, dois em 2018 e um em 2019; sendo o pico de publicações nos anos de 2016 e 2017, em relação ao idioma de publicação três foram elaborados em inglês e dois em espanhol, sendo o restante das publicações produzidas em português, evidenciando assim necessidade de discussão e atualidade do tema.

Tabela 2. Título dos artigos, periódicos, ano, país e resultados

Título dos artigos	Periódicos	Ano	País	Resultados
Childhood health: trends and consequences over the life course.	Pubmed	2012	Escócia	Redução de danos
UNICEF no Brasil e medicalização da infância, educação e família	Lilacs	2017	Brasil	Estratégia biopolítica
Educação medicalizada: Estudo sobre o diagnóstico de TDAH em um dispositivo de saúde	Pepsic	2016	Brasil	Saída para problemas sociais
Processos de medicalização de crianças e adolescentes nos relatórios do Unicef	Lilacs	2014	Brasil	Estratégia biopolítica
A medicalização da infância e o processo psicoterápico	Pepsic	2013	Brasil	Evitação do comportamento indesejável
Medicalização e educação: análise de processos de atendimento em queixa escolar	SciELO	2018	Brasil	Saída para problemas sociais
Medicalização da queixa escolar e o uso de psicofármacos como resposta à questões comportamentais.	Pepsic	2018	Brasil	Discurso patologizante
Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores	SciELO	2016	Brasil	Consequências
As significações de profissionais que atuam no Programa Saúde na Escola (PSE) acerca das dificuldades de aprendizagem: patologização e medicalização do fracasso escolar	Lilacs	2015	Brasil	Papel da psicologia
Infância, adolescência e mal-estar na escolarização: interlocuções entre a psicanálise e a educação	Pepsic	2016	Brasil	Mudança de viés
Saúde e escola: reflexões em torno da medicalização da educação	SciELO	2016	Portugal	Discurso patologizante
Saúde mental e infância: reflexões sobre a demanda escolar de um CAPSi	SciELO	2013	Brasil	Consequências
Atuação de um psicólogo em um centro especializado em educação especial: um relato de experiência	Pepsic	2017	Brasil	Papel da psicologia
[Child protection network and the intersector implementation of the circle of security as alternatives to medication].	Pubmed	2014	Brasil	Discurso patologizante
A medicalização da educação: implicações para a constituição do sujeito/aprendiz	SciELO	2017	Brasil	Construção do transtorno
O caso Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a medicalização da educação: uma análise a partir do relato de pais e professores	SciELO	2016	Brasil	Poder do discurso médico
Rethinking medicalization: discursive positions of children and their caregivers on the diagnosis and treatment of ADHD in Chile / Repensando la medicalización: posiciones discursivas de niños y de sus cuidadores sobre el diagnóstico y tratamiento del TDAH en Chile	Lilacs	2019	Chile	Discurso patologizante
Controversias sobre ADHD y metilfenidato en discusiones sobre medicalización en Argentina y Brasil	Lilacs	2017	Brasil/ Argentina	Fácil acesso a medicamento
A infância na berlinda: Sobre rotulações diagnósticas e a banalização da prescrição de psicofármacos	Lilacs	2017	Brasil	Estratégia biopolítica
El Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad (TDA/H). Tecnologías, actores sociales e industria farmacéutica e Hiperactividad (TDA/H). Tecnologías, actores sociales e industria farmacéutica	Lilacs	2015	Argentina	Saída para problemas sociais
Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): o que os educadores sabem?	Pepsic	2010	Brasil	Inclusão

PRINCIPAIS RESULTADOS E CATEGORIAS

Segundo a análise de conteúdo, foi realizada a divisão dos artigos segundo categorias de pesquisa, obtendo dessa forma as seguintes categorias: 1-Medicalização; 2-Educação/Educadores; 3-TDAH/ Relato de pais e professores. Tais categorias serão descritas a seguir:

1 – MEDICALIZAÇÃO

Foram incluídos na categoria de medicalização sete artigos, destes, Delaney e Smith (2012) fazem a análise da medicalização infantil pelo viés econômico, os artigos, de Lemos, Galindo e Rodrigues (2014) e o de Lemos, Felix, Rodrigues,

Gasparetto, Mendes e Dias (2017), têm como objetivo ampliar o debate sobre estratégias biopolíticas. O estudo de Vizotto e Ferrazza (2016) e o de Benedetti, Bezerra, Telles e Lima (2018), discutem problemas sociais que circundam o contexto educacional, sendo a medicalização vista como a saída para esses problemas. Da Silva, Rodrigues e Mello (2018), discutem como comportamentos indesejáveis são convertidos em psicopatologias e, por último, o artigo de Silva, Schäfer e Bonfiglio (2013), problematiza o papel do educador e da psicologia na perpetuação dessas práticas. A seguir, serão descritos a metodologia e os resultados dos artigos selecionados.

O artigo de Delaney e Smith (2012) evidencia novos estudos sobre os efeitos dos problemas mentais e físicos na primeira infância através de estudos nos Estados Unidos da América, mostrando a relação entre custo e consequência da intervenção psicofarmacológica na infância. Através da análise dos dados populacionais, os autores concluem que há uma redução significativa dos custos relacionados à saúde quando a medicalização ocorre ainda na infância.

O artigo de Lemos, Galindo e Rodrigues (2014) problematiza a prática da medicalização no corpo de crianças e adolescentes, adotado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Segundo os autores, nos documentos observados é possível refletir como crianças e adolescentes são objetivados por meio de discursos e práticas que visam sujeitar e produzir uma população governável. Lemos et al. (2017), utilizando também relatórios e publicações do UNICEF, abordam a temática da medicalização da infância, educação e da família. A partir das observações, os autores consideram a importância dessa organização, entretanto, pontuam o poder que as práticas disciplinares, discursivas, biopolíticas e biomédicas possuem dentro desse contexto, retirando a culpa de fatores que são externos ao sujeito, como causas sociais e colocando-a nos próprios sujeitos e suas famílias.

O artigo de Vizotto e Ferrazza (2016) aborda um estudo realizado na Rede de atenção psicossocial (RAPS), em uma cidade no interior paulista. Através da análise qualitativa, as autoras concluíram que 80% do número de prontuários selecionados foram diagnosticados com Transtorno do déficit de atenção/Hiperatividade (TDAH), e nos outros 20% não foi possível fechar um diagnóstico, o que não serviu de empecilho

para indicação de psicofármacos comuns para os transtornos de aprendizagem. Quanto a faixa etária e gênero, 88% eram de crianças entre seis e 10 anos de idade, 91% dos prontuários analisados eram do gênero masculino e os 9% restantes do gênero feminino. Corroborando com outros autores desse projeto, as autoras concluem que a utilização do discurso e do poder psiquiátrico para resolução de conflitos que são de origens educacionais, sociais e, que são inerentes no contexto escolar, são a força motriz para a perpetuação dessa prática. Nessa mesma perspectiva, o artigo de Benedetti, Bezerra, Telles e Lima (2018), realizado através da análise de prontuários de 43 crianças e adolescentes em que apenas dois foram selecionados, em um serviço psicológico-escola em São Paulo, mostra a medicalização como um processo resultante de um discurso e poder médico normatizador e que não leva em consideração os fenômenos de origem sócio-histórico-cultural.

O artigo Silva, Schäfer e Bonfiglio (2013), é resultado da análise de 348 prontuários de crianças até 12 anos, do gênero feminino e masculino, atendidas em um Serviço de Saúde, no Vale do Rio Pardo/RS. Como visto em outros estudos, a porcentagem de meninos que frequentavam o serviço era de 66,4%, bem superior ao de meninas, de 33,6%. Além disso, o que chama a atenção é a diminuição no número de crianças que procuraram o serviço nos dois últimos anos (2007-2008), e o aumento do número de crianças que faziam o uso da medicação. As autoras concluem que essa questão tem relação com a atual realidade, tentar mascarar o mal-estar criando sujeitos sem conflitos, sendo dessa forma mais fácil moldá-los.

O artigo de da Silva, Rodrigues e Mello (2018), trata de um estudo realizado nos arquivos da Assessoria de Psicologia Escolar da Secretaria de Educação do Município de Petrópolis com o objetivo de investigar o uso de psicofármacos em crianças da rede municipal com queixa escolar nos anos de 2013 a 2015. Seus resultados mostram que além de grande parte dessa população já fazer o uso de psicofármacos o encaminhamento da queixa escolar representa a solução do insucesso de práticas que também são pedagógicas e sociais.

2 – EDUCAÇÃO/EDUCADORES

Na categoria Educação/Educadores foram incluídos seis artigos, destes, dois de Leonardo e Suzuki (2016) e Beltrame e Boarini (2013), tratam sobre as consequências da medicalização inseridas no ambiente escolar. Dois de Cord, Gesser, Nunes e Stort (2015) e Costa (2017), questionam o papel da psicologia em relação aos diagnósticos e encaminhamentos vindos da escola. Um dos artigos selecionados de Pais, Menezes e Nunes (2016), trata do discurso patologizante, compreende a importância da medicalização, porém questiona a culpa que é atribuída ao sujeito pelo fracasso escolar, desconsiderando que a criança/adolescente está inserida em um ambiente biopsicossocial. Por último, um dos artigos selecionados de Coutinho e Carneiro (2016), analisa a medicalização na educação pelo viés da psicanálise, em que são apresentadas formas de atenuar os encaminhamentos pelo fracasso escolar, através da participação ativa dos pais e professores na vida do aluno. Os seis artigos, serão descritos a seguir.

O artigo de Leonardo e Suzuki (2016) utilizou o método de entrevista semiestruturada, realizada com dez professores de colégios estaduais distintos, no Estado do Paraná. Os resultados apontam que os alunos são culpabilizados por seus problemas escolares. Essas crianças/adolescentes que estão fora de um “padrão em sala”, são consideradas indisciplinadas ou desatentas, e ocasionalmente diagnosticadas com déficit de aprendizagem. Após o diagnóstico, iniciam o uso de alguma medicação, sendo a Ritalina a mais naturalizada no ambiente escolar. Porém, os educadores acreditam que apesar da melhora desses alunos em sala, podem ocorrer prejuízos pelo uso contínuo de medicação em crianças/adolescentes.

O artigo de Beltrame e Boarini (2013) realizou uma pesquisa de campo dividida em três fases, em 2008 e 2009 no Centro de atenção psicossocial Infante-Juvenil – CAPSi, de um Município do Estado do Paraná. O estudo tem como resultados as dificuldades da escola em lidar com o aluno que não está tendo um comportamento esperado, e por isso é encaminhado para algum serviço, para obtenção de medicamentos. O artigo apresenta a importância de ser realizado um trabalho

interdisciplinar e de se questionar os métodos de aprendizagem aplicados nas escolas ao invés de culpabilizar a criança pelo fracasso escolar.

O estudo de Cord, Gesser, Nunes e Stort (2015), utilizou o método de entrevista semiestruturada, onde entrevistaram dez profissionais da saúde e da educação que atuam como articuladores no Programa Saúde na Escola – PSE. Os resultados obtidos apontam que a falta de uma estrutura familiar, dificuldades financeiras, falta de instrução dos pais da criança/adolescente ao ensinar a lição de casa, pais permissivos ou muito rígidos e falta de rotina, podem contribuir para as queixas escolares. Os entrevistados acreditam que há um grande benefício na parceria com o PSE, a fim de compreender melhor o universo em que aquela criança/adolescente está inserida. Segundo os autores a escola precisa repensar a sua prática e o profissional da Psicologia assumir o seu lugar de fala, buscando combater o discurso homogêneo produzido no ambiente escolar.

Costa (2017) realizou um estudo sobre o relato da atuação de um psicólogo em um centro de educação especializada na cidade de Uberaba-MG. Os resultados apresentam a importância de o profissional da Psicologia repensar e propor ações, para tentar combater e diminuir a produção exacerbada de laudos provenientes do ambiente escolar. O autor aponta como o diagnóstico pode ser prejudicial a uma criança/adolescente e que cabe ao profissional da Psicologia alertar sobre esta problemática aos educadores.

O estudo de Pais, Menezes e Nunes (2016) avaliou através de entrevistas realizadas com duas mães, uma representante da associação de pais e três profissionais de educação da Zona Norte de Portugal, as demandas consideradas “nebulosas” encaminhadas pela escola e que acarretam o uso da medicação para tratar transtornos e déficits. Os resultados apontam a necessidade dos pais que seus filhos tenham bom desempenho escolar e que quando isso não ocorre, inicia-se um processo de investigação sobre criança/adolescente, sendo a escola uma mediadora entre os pais e o profissional que irá diagnosticar. Os educadores compreendem os efeitos que a medicação causa no aluno, porém retira-se a culpa da escola e a transfere para o sujeito e sua família.

O artigo de Coutinho e Carneiro (2016) utilizou a modalidade de pesquisa-intervenção através de estudos de caso do ambulatório infanto-juvenil do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ). Seus resultados apontam que através da abordagem psicanalítica, podem auxiliar os professores com estratégias que visam retardar o encaminhamento das crianças, e que é de grande importância a participação ativa dos sujeitos envolvidos na formação da criança/adolescente no ambiente escolar.

3- TDAH/RELATO DE PAIS E PROFESSORES

Na categoria Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) / Relatos de pais e professores foram incluídos oito artigos que, em grande parte tratavam de relatos de problemas comportamentais de crianças e adolescentes e dos seus subsequentes encaminhamentos a tratamento virem através do discurso de professores e escolas que, posteriormente, são adotados pelos seus pais e familiares. Quatro desses artigos, Signor, Berberian e Santana (2017), Reyes, Cottet, Jimenez e Jauregui (2019), Cruz, Okamoto e Ferraza (2016) e Vizotto e Ferraza (2017) tratam da heterogeneidade de facetas que envolvem o diagnóstico do TDAH, como aspectos históricos, sociais e culturais em detrimento à visão organicista. Outros dois artigos, Bianchi e Faraone (2015) e Bianchi, Faraone, Ortega, Gonçalves e Zorzanelli (2017), trazem à tona a problemática mais associada aos manuais de classificação de patologias e à indústria farmacêutica. Os dois últimos artigos possuem abordagens diversas dos demais, um deles, Becker, Souza, Oliveira e Nestor (2014), discorre sobre uma alternativa à medicalização infantil e o outro, Seno (2010), acerca do olhar específico do saber dos educadores sobre o Transtorno de TDAH. Os oito artigos serão descritos a seguir.

O artigo de Becker, Souza, Oliveira e Nestor (2014) utilizou um estudo de caso de um menino de cinco anos com queixas escolares. Após a implantação de um Projeto Terapêutico Singular, foi estabelecida uma rede de proteção, visando à comunicação e colaboração entre as diversas equipes envolvidas resultando de forma

positiva no caso em questão, mostrando-se uma alternativa acessível e eficaz à medicalização da criança.

O artigo de Seno (2010) é uma pesquisa com 52 educadores de escolas municipais no estado de São Paulo acerca da compreensão que eles possuíam sobre o TDAH. Como resultados, os educadores demonstraram pouco conhecimento em questões teóricas, como tratamento, cura, comorbidades; porém foram corretamente assinaladas questões na prática escolar, como capacidade de concentração e manifestações comportamentais. Segundo a autora, as estratégias que foram sugeridas pelos educadores são pertinentes e a prática escolar que eles apresentaram, lhes permite adaptar uma metodologia independente do que lhes é oferecido pelo sistema, possibilitando respeito às diferenças e real inclusão do aluno.

Os dois artigos de Bianchi e Faraone (2015) e Bianchi et al. (2017) trazem uma revisão bibliográfica e entrevistas as profissionais da saúde e educação na Argentina e Brasil. Como resultados desse estudo, os autores assinalam o aumento vertiginoso de psicofármacos em ambos os países nos últimos anos, aumento esse, correlacionado também com a vigência do período das aulas. Revela ainda uma estrita relação entre os manuais de classificação, a construção diagnóstica e a indústria farmacêutica considerando-os agentes propulsores da medicalização com o intuito de normatização dos indivíduos, contribuindo para uma reflexão crítica sobre essa temática.

O artigo de Signor, Berberian e Santana (2017) demonstra um estudo de caso, com uma aluna, da rede pública de Santa Catarina de dez anos de idade. Foi observado que os processos de significação – a discursivização desfavorável do aluno e as práticas de letramento descontextualizadas – podem afetar a subjetividade e a aprendizagem da criança, levando à constituição do sintoma. Foi relatado que a criança apresentou dificuldades no processo de alfabetização sem ter qualquer alteração orgânica que, por ventura, justificasse a dificuldade apresentada. Também foi observado que, quando a aluna obteve um vínculo afetivo com uma professora favoreceu sua autoimagem e sua aprendizagem, demonstrando a multiplicidade de facetas que envolvem a normalidade e a patologia no que se refere à atenção, comportamento e aprendizagem.

Reyes, Cottet, Jimenez e Jauregui (2019) seguiram uma abordagem exploratória, a primeira etapa do estudo envolveu a observação etnográfica em duas escolas primárias no Chile e, a segunda, um estágio de entrevistas abertas em profundidade. Como resultado, observaram que a constituição do discurso sobre a experiência do diagnóstico e tratamento do TDAH é atravessada por uma série de posições heterogêneas. Este estudo apresenta importantes limitações quanto à generalização de seus resultados devido ao número reduzido de casos analisados e ao fato de os participantes pertencerem a contextos socioeconômicos e culturais próprios das escolas públicas chilenas.

Cruz, Okamoto e Ferraza (2016), realizaram entrevistas semidirigidas a professores, mães e avó. Para tanto, foi utilizada a análise de discurso. Os autores concluíram que o saber médico atual sobrepõe-se à subjetividade, às especificidades sociais, culturais e políticas, categorizando seus comportamentos considerados inadequados visando um diagnóstico, tratamento e conseqüente medicalização. Transformam-se, então, comportamentos infantis que divergem do esperado em doenças, sustentando um processo de patologização que possui um aval científico e médico supostamente inquestionável.

Nesta mesma perspectiva, Vizotto e Ferraza (2017), através da análise de prontuários de uma RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) de um município no estado de São Paulo, constataram que o saber médico juntamente com a indústria farmacêutica deixou de investir na clínica da observação e na escuta para lançar-se em pesquisas com justificativas de intervenções psicofarmacológicas, utilizando uma contenção química como efeito disciplinador para adequação a padrões de normalidade.

DISCUSSÃO

A revisão de literatura aponta que as implicações das classificações patológicas realizadas na infância se enquadram em uma das três categorias que foram propostas neste artigo, sendo elas: Medicalização, Educação/educadores e TDAH/relato de pais e professores. Essa temática produz uma heterogeneidade de aspectos que envolvem

o diagnóstico do TDAH, como aspectos históricos, sociais e culturais, manuais de classificação psicopatológicas, resultando em um número extenso de publicações. Houve um predomínio de artigos publicados na língua portuguesa e uma carência em relação as línguas inglesa e espanhola.

Para caracterizar a produção bibliográfica encontrada na presente revisão sobre a medicalização de crianças e adolescentes, foram identificados 21 artigos que atendiam aos critérios de busca e posterior análise. De maneira geral, percebe-se que a maioria dos estudos foi realizada no Brasil, tendo ênfase no ambiente escolar e na culpabilização do sujeito em detrimento aos fatores sociais e culturais. Os resultados indicam a necessidade de um olhar crítico da psicologia sobre os efeitos dessa grande demanda de medicalização, bem como no viés do interesse da indústria farmacêutica no fomento dessa prática.

Os artigos de Silva, Schäfer e Bonfiglio (2013), Costa (2017) e Cord, Gesser, Nunes e Stort (2015), demonstram que nos últimos anos houve uma diminuição na procura por terapias e um conseqüente aumento na produção de laudos provenientes, principalmente, do ambiente escolar. Trazem, portanto, a importância que o psicólogo adquire em assumir ativamente seu papel no sentido de repensar e propor ações para diminuição de tal prática. Firbida e Vasconcelos (2019) ratificam essa prática ao manifestar que os psicólogos não devem ignorar a realidade política e social da desigualdade, e que devem contextualizar o sujeito e considerar o desenvolvimento do psiquismo constituído socialmente. Complementando a temática acima descrita, Coutinho e Carneiro (2016) e Becker, Souza, Oliveira e Nestor (2014) nos mostram alternativas viáveis e eficazes, como a psicanálise, a interdisciplinaridade, a criação de uma rede de proteção, visando uma melhor comunicação e colaboração entre pais, professores e comunidade médica.

Foi observado que o ambiente escolar é o principal produtor da demanda por diagnósticos na infância. Comportamentos indesejáveis do aluno na sala de aula e a necessidade de apresentar um bom desempenho escolar são relacionados a patologias, culpabilizando o sujeito, retirando-se a responsabilidade das práticas pedagógicas e sociais, conforme descrito em da Silva, Rodrigues e Mello (2018) e Pais, Menezes e Nunes (2016). Outra vertente para explicar a problemática do

aumento de diagnósticos é, conforme Bianchi e Faraone (2015) e Bianchi et al (2017) a estrita relação entre a utilização dos manuais de classificação e a indústria farmacêutica. Conforme os autores, estes seriam agentes propulsores dessa demanda, visando o lucro a normatização dos sujeitos. Porém, o artigo de Delaney e Smith (2012), diverge nessa questão, ao afirmar que a intervenção através do uso de psicofármacos na infância teria uma ação benéfica, tendo em vista a redução dos custos da saúde no decorrer do desenvolvimento do sujeito.

Além do exposto, grande parte dos artigos citam a lacuna que existe em relação ao indivíduo ser percebido pelos profissionais da saúde e educação como um ser biopsicossocial. Vizotto e Ferrazza (2016) e Benedetti, Bezerra, Telles e Lima (2018) apontam a medicalização como uma saída prática para a resolução de problemas sociais. Lemos, Galindo e Rodrigues (2014) e Lemos et al (2017) ressaltam a importância do debate da implementação de estratégias biopolíticas para a resolução de conflitos no contexto educacional.

O TDAH é o transtorno com maior prevalência nos diagnósticos da infância e adolescência. Ele demanda uma heterogeneidade de facetas no seu diagnóstico, fatores históricos, sociais e culturais, em detrimento a uma visão organicista, como relatado em Cruz, Okamoto e Ferrazza (2016) e Vizotto e Ferrazza, (2017). O saber médico deixou de investir na clínica da observação e na escuta individualizada para lançar-se em pesquisas com justificativas psicofarmacológicas, visando uma contenção química dos indivíduos, o que ratifica o conceito de Illich (1975), sobre a iatrogênese social, sendo de forma prejudicial o impacto da busca pela normatização do indivíduo no contexto escolar.

Esta revisão mostra informações importantes em relação ao aumento da medicalização infantil. Os principais estudos relatados referem-se ao Brasil. Um grande número desses artigos mostra concentração de estudos no contexto escolar e na culpabilização do sujeito em detrimento aos fatores sociais e históricos. Há uma convergência dos artigos para essa visão, porém, há limitações no que tange o número de pesquisados e os países onde foram analisados.

Através dos achados da presente revisão, foi possível investigar quais eram os principais meios pelos quais os diagnósticos eram solicitados e a partir dos resultados

encontrados abrem-se novas possibilidades de atuação objetivando-se inicialmente o contexto escolar, tendo em vista que a maior solicitação de diagnósticos parte especialmente desse ambiente e por ser esse frequentemente o primeiro local de procura pelos pais. Além disso, a partir da análise da categoria de medicalização fica clara a necessidade de maiores discussões sobre o poder que o discurso da medicina possui na perpetuação dessas práticas. Dessa maneira urge ao profissional de psicologia levantar críticas, reflexões e questionamentos a cerca não só do tema, mas de sua prática enquanto profissional da saúde.

Nota-se que o interesse de profissionais da área da saúde e educação sobre o tema da patologização da infância tem crescido, revelando a preocupação que esses profissionais têm diante do aumento da procura por parte dos pais de algum diagnóstico que explique de forma simples a dificuldade ou mau comportamento que seu filho apresenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos objetivos do presente estudo, foram observadas como as pesquisas sobre a patologização e medicalização da infância vem ocorrendo no Brasil e em outros países. No entanto, surge a necessidade de mais estudos que contemplem todas as questões que atravessam o cotidiano escolar considerando que a criança também é um ser biopsicossocial. Também se conclui a necessidade de um olhar crítico do profissional de psicologia, que rompa com a culpabilização dos indivíduos, dos pais ou dos professores e que considere a questão dos diagnósticos infantis como uma questão multifacetada, que requer uma atenção interdisciplinar.

O estudo apresentou algumas limitações como: a não inclusão de todas as bases de dados existentes, poucas publicações em outros idiomas, como o inglês e espanhol e a precariedade de estudos longitudinais para maior embasamento na pesquisa proposta. Além disso, alguns dos artigos empíricos selecionados para a análise possuíam amostras pequenas. A técnica de vocabulário controlado utilizado nas bases de dados pode ter restringido os trabalhos pesquisados, ou os termos

podem não ter sido adequados, mas, por outro lado, ofereceu maior sistematização do presente estudo.

IMPLICATIONS OF PATHOLOGICAL CLASSIFICATIONS IN CHILDHOOD

ABSTRACT

The increase in the number of childhood diagnoses and the consequent increase in the number of psychotropic prescriptions for this group shows the need to discuss which factors have contributed to such practices and what role the psychologist has in this controversy. So, this study aimed to review the scientific production on the implications of pathological classifications in childhood. A systematic review was carried out based on the PRISMA criterion in articles from 2009 to 2019, covering the Medline (PUBMED), Lilacs, PEPISIC, Scielo and Portuguese, English and Spanish databases. The information obtained was analyzed based on Bardin's content analysis. The results were organized into three main categories and indicated the relationship between the increase in school referrals, diagnoses and consequent medicalization. The facts also indicated that the power of medical discourse can directly stimulate the increase in child medicalization, crossing the school context, removing the social responsibility and blaming the child and even their family members for the inappropriate behavior. It is expected that this research can contribute to the advancement of the knowledge on the subject, elucidating the understanding about the diagnoses of mental disorders, specifically in children in the school phase.

KEYWORDS: Child pathologization. Medicalization. School.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Ana Laura Martins MM et al. A articulação da rede de proteção à criança e a aplicação intersetorial do círculo de segurança como alternativas à medicalização. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 32, n. 3, p. 247-251, 2014.

BELTRAME, Marina Maria; BOARINI, Maria Lúcia. Saúde mental e infância: reflexões sobre a demanda escolar de um CAPSi. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, n. 2, p. 336-349, 2013.

BELTRAME, Rudinei Luiz; GESSER, Marivete; SOUZA, Simone Vieira de. Diálogos sobre medicalização da infância e educação: uma revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**, v. 24, 2019.

BENEDICTO, Rubia Paixão et al. Análise da evolução dos transtornos mentais e comportamentais ao longo das revisões da Classificação Internacional de Doenças. **SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)**, v. 9, n. 1, p. 25-32, 2013.

BENEDETTI, Mariana Dias et al. Medicalização e educação: análise de processos de atendimento em queixa escolar. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. 1, p. 73-81, Apr. 2018.

BIANCHI, Eugenia et al. Controversias sobre ADHD y metilfenidato en discusiones sobre medicalización en Argentina y Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, p. 641-660, 2017.

BIANCHI, Eugenia; FARAONE, Silvia A. El Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad (TDA/H). Tecnologías, actores sociales e industria farmacéutica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 25, p. 75-98, 2015.

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. rev. **Rio de Janeiro: Forense Universitária**, 2009.

CORD, Denise et al. As significações de profissionais que atuam no Programa Saúde na Escola (PSE) acerca das dificuldades de aprendizagem: patologização e medicalização do fracasso escolar. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 35, n. 1, p. 40-53, 2015.

COSTA, Breno Augusto da. Atuação de um psicólogo em um centro especializado em educação especial: um relato de experiência. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 9, n. 3, p. 200-219, 2017.

COUTINHO, Luciana Gageiro; CARNEIRO, Cristiana. Infância, adolescência e mal-estar na escolarização: interlocuções entre a psicanálise e a educação. **Psicologia Clínica**, v. 28, n. 2, p. 109-129, 2016.

CRUZ, Murilo Galvão Amancio; OKAMOTO, Mary Yoko; FERRAZZA, Daniele de Andrade. O caso Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a medicalização da educação: uma análise a partir do relato de pais e professores. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, p. 703-714, 2016.

DELANEY, Liam; SMITH, James P. Childhood health: trends and consequences over the life-course. **The Future of children/Center for the Future of Children, the David and Lucile Packard Foundation**, v. 22, n. 1, p. 43, 2012.

DOS SANTOS, Fernanda Marsaro. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. 2012.

ESPERANZA, Graciela. Medicalizar a vida. **O livro negro da psicopatologia contemporânea**, v. 2, p. 53-61, 2011.

FIRBIDA, Fabíola Batista Gomes; VASCONCELOS, Mário Sérgio. A construção do conhecimento na Psicologia: a legitimação da medicalização. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, 2019.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. 20. ed.,. Petrópolis. Vozes, 1987.

GARCIA, Regina Leite. Preconceitos no cotidiano escolar-Ensino e medicalização. **Educação & Sociedade**, v. 18, n. 59, p. 405-407, 1997.

ILLICH, I. A expropriação da saúde: nêmesis da Medicina . Rio de Janeiro: Nova Fronteira. urbanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 944-968, 1975.

LEMONS, Flávia Cristina Silveira et al. UNICEF no Brasil e medicalização da infância, educação e família. **Barbarói**, v. 2, n. 50, p. 154-173, 2017.

LEMONS, Flávia Cristina Silveira; GALINDO, Dolores; RODRIGUES, Robert Damasceno. Processos de Medicalização de Crianças e Adolescentes nos Relatórios do UNICEF. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 9, n. 2, p. 201-212, 2014.

LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; SUZUKI, Mariana Akemi. Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 46-54, 2016.

MARTINS, Lígia Márcia; RABATINI, Vanessa Gertrudes. A concepção de cultura em Vigotski: contribuições para a educação escolar. **Revista Psicologia Política**, v. 11, n. 22, p. 345-358, 2011.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. Para uma crítica da medicalização na educação. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 136-142, 2012.

MOHER, David et al. Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. **Systematic reviews**, v. 4, n. 1, p. 1, 2015.

PAIS, Sofia Castanheira; MENEZES, Isabel; NUNES, João Arriscado. Saúde e escola: reflexões em torno da medicalização da educação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, p. e00166215, 2016.

REYES, Pablo et al. Repensando la medicalización: posiciones discursivas de niños y de sus cuidadores sobre el diagnóstico y tratamiento del TDAH en Chile. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 40-54, 2019.

SENO, Marília Piazzzi. Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): o que os educadores sabem?. **Revista psicopedagogia**, v. 27, n. 84, p. 334-343, 2010.

SIGNOR, Rita de Cassia Fernandes; BERBERIAN, Ana Paula; SANTANA, Ana Paula. A medicalização da educação: implicações para a constituição do sujeito/aprendiz. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 3, p. 743-763, 2017.

SILVA, Cristiane Moreira da; RODRIGUES, Rafael Coelho; MELLO, Letícia Nascimento. Medicalização da queixa escolar e o uso de psicofármacos como resposta à questões comportamentais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 3, p. 738-754, 2018.

SILVA, Jerto Cardoso; SCHÄEFER, Caroline; BONFIGLIO, Mariane Silveira. A medicalização da infância e o processo psicoterápico. **Barbaroi**, n. 39, p. 70-86, 2013.

VIZOTTO, Luana Paula; DE ANDRADE FERRAZZA, Daniele. A infância na berlinda: Sobre rotulações diagnósticas e a banalização da prescrição de psicofármacos. **Estudos de Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 214-224, 2017.

VIZOTTO, Luana Paula; DE ANDRADE FERRAZZ, Daniele. Educação medicalizada: Estudo sobre o diagnóstico de TDAH em um dispositivo de saúde. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 16, n. 3, p. 1013-1032, 2016.